

Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes Projetos na Amazônia

Daniel Montenegro Lapola¹

Maxim Repetto²

Antecedentes

No presente trabalho analisamos como se relacionam os processos de construção de identidades frente às diferentes transformações sociais que vive o Povo Wai Wai, relacionando bibliografias e teóricos que tratam sobre o tema de impactos de hidrelétricas em Terras Indígenas em nível nacional e continental, em especial em relação a implementação da Usina Hidrelétrica de Jatapu, dentro de seu território tradicional. Dentre os processos envolvidos nesta situação em análise destacamos, dentre outros, os seguintes aspectos: criação de novas comunidades, extrativismo e comercialização da castanha, demarcação e homologação da terra, Usina Hidrelétrica no rio Jatapu, impacto de rodovia (Perimetral Norte) e invasões diversas.

No século XX os indígenas enfrentaram a tutela oficial do estado e lutaram em defesa e pelo reconhecimento de seus direitos, dentre estes os territoriais, assim como em certo sentido, pelo reconhecimento político de natureza, o que implica enfrentar fortes pressões e ameaças de perdas territoriais (OLIVEIRA, 2016).

Os Wai Wai, como muitos outros povos indígenas na Amazônia, vivem processos históricos conflituos e contraditórios, onde por um lado, enfrentam as pressões por parte da sociedade nacional e os conflitos ou danos colaterais da mesma, mas por outro eles também buscam o contato e reivindicam sua proximidade. Nesta perspectiva os Wai Wai tem buscado não apenas serem subordinados ao contato, mas em certo sentido eles tem buscado submeter este contato a seu próprio controle, buscando assimilar seus poderes e canalizá-los para seus próprios fins, de certa forma, buscando aumentar a vitalidade de sua sociedade (HOWARD, 2002, p.51).

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Graduado em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Orientador, Doutor em Antropologia Social, professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da UFRR.

Por sua vez ao falarmos na implementação de políticas públicas e de grandes projetos, Gonçalves (2012) nos mostra como até os dias atuais define-se a Amazônia como um território de “vazio demográfico”. Deixando de reconhecer que em toda a sua extensão abriga centenas de povos, línguas e comunidades diferentes, grande número de etnias e biosócio-diversidade. Domina o mito da imagem oficial difundida sobre a Amazônia como uma fronteira tardia, um “espaço vazio”, noção que estrategicamente tem servido como válvula de escape a sérios conflitos sociais em áreas densamente povoadas, onde a estrutura fundiária é excludente e concentrada, trazendo uma visão da Amazônia como um campo aberto para investimentos, grandes projetos e exploração econômica (BECKER, 1990, p.10).

Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais, privados e públicos (BECKER, 1990, p.19). De um outro lado há uma grande pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas, consideradas pelos economistas formalistas como um freio à capacidade produtiva do país (ALMEIDA, 2012). Objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas (ALMEIDA, 2012, p.63).

João Pacheco de Oliveira (2016) ao analisar o processo de colonização da Amazônia, nos mostra como a ideia de Amazônia aberta, como última fronteira agrícola já vinha sendo desenvolvida intensamente no século XIX e XX e como o ciclo da seringa envolveu caboclos e indígenas em um intenso processo de exploração do trabalho, envolvendo no auge do processo, a migração induzida em massa de nordestinos para o interior da floresta, processos que lembram a patronagem e a escravidão nos seringais. Sem ter sido um projeto único e organizado de forma centralizada este ciclo da exploração da seringa nos mostra o impacto dos empreendimentos na Amazônia destinados a extração de produtos para a inserção no mercado mundial.

Almeida (2012) observa como na Amazônia brasileira, a ação do Estado é decisiva na implementação de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento:

Essa ação tem sido rápida, com objetivos de curtíssimo prazo, que exigem prontos resultados (hidrelétricas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia), cujos efeitos referem-se a acidulados debates jurídicos e à intensificação de conflitos sociais (ALMEIDA, p.67, 2012).

Notamos que por detrás de todo projeto de desenvolvimento há sempre, favorecimento aos interesses dos governantes, empresários, ruralistas e mineradores. Dificilmente um favorecimento aos interesses das comunidades locais que sofrem os impactos diretos destes grandes projetos. Ainda com algumas características, como a mobilidade de concentração de capitais e trabalhadores, fortes impactos locais e quase sempre os benefícios destes projetos destinados para centros econômicos e industriais distantes (RIBEIRO, 2008).

Neste contexto analisamos a situação das comunidades próximas a U.H de Jatapu, localizada na Terra Indígena Trombetas-Mapuera. Esta terra está situada na região fronteira de Pará, Roraima e Amazonas (CARDOZO; VALE JÚNIOR, p.21, 2012). Na T.I. Trombetas Mapuera, no estado de Roraima, os Wai Wai vivem nas comunidades de Jatapuzinho Samauma, Katuau, Makara, Soma e Cobra (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Segundo Fock (1963), Wai Wai não é um etnônimo, mas um termo criado pelos Wapixana, da família de língua Arawak, para designar segundo eles, seus vizinhos de família de língua Caribe que tinham uma pele mais clara. Portanto o termo Wai Wai quer dizer “farinha branca” ou “tapioca”.

Para Catherine Howard (2002) o termo Wai Wai refere-se a um coletivo de moradores de quatro aldeias: uma no Rio Essequibo na República Cooperativista da Guayana e três ao Norte do Brasil, nos rios Mapuera, Anauá e Jatapuzinho (esta última comunidade foco do nosso estudo). Essas aldeias são compostas por diversos grupos como os Wai Wai considerados originários, além de outros grupos remanescentes na região que se juntaram a eles, tais como os: Parukwoto, Tarumá, Mawayana, Xerew, Katuena, Tunayana, Cikyana e Karafawyana (HOWARD, 2002, p.30).

Quanto ao uso do território da comunidade de Jatapuzinho:

O território de caça Wai Wai se estende a uma zona bem maior que a dominada pela Agricultura. Seus limites básicos de perambulação permanente costumam ser referenciados pelos índios como sendo a serra do Curupira ao sul da aldeia e ao norte toda extensão que vai ao encontro da BR210. A leste, o território atinge o alto Jatapuzinho e regiões do baixo Girão; A jusante da aldeia, se estende até a foz do Jatapuzinho. Essa mesma zona também é considerada como área permanente utilizada pelo grupo para a pesca (SOUZA, 1998, p.174).

No decorrer dos anos da década de 80 e 90 do século passado, os Wai Wai vão sendo surpreendidos com a chegada de Grandes Projetos, como a construção da estrada Perimetral Norte e da Usina Hidrelétrica. A partir de 1991 os Wai Wai de Jatapuzinho tomam ciência da construção de uma usina hidrelétrica no rio Jatapu, obra do Governador Ottomar de Souza Pinto inaugurada em 1994 (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015).

É importante destacar que o povo Waimiri Atroari, vizinhos dos Wai Wai, enfrentaram nas décadas de 1970 e 1980 uma forte e violenta pressão sobre suas terras logo após um contato dirigido que abria a estrada BR 174 e liberava extensos territórios para implementação de grandes projetos. Este processo está fortemente vinculado à ação indigenista direta, que estimulou a inversão social de uma etnicidade para este povo, modelada na perspectiva das políticas indigenistas e pela ação dos indigenistas, alguns deles índios também.

Esta ação indigenista tutelar, que indicia a transformação dos Waimiri Atroari em agricultores sedentários, foi uma estratégia de expropriação de seus territórios ancestrais, experiência por demais traumática para este povo que se viu quase dizimado nessas épocas (BAINES, 1991, 1995).

O Problema Energético em Roraima e os Povos Indígenas

Roraima enfrenta um sério problema energético que desafia as políticas desenvolvimentistas no Estado e mantém em alerta permanente aos povos indígenas. Já na década de 1990 o mesmo Governador Ottomar Pinto começou a criação de uma das cinco hidrelétricas projetadas desde a década de 1960, pelos militares no Projeto Calha Norte, no rio Cotingo, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, afetando aos povos Macuxi, Ingarikó, Wapichana e Taurepang (REPETTO, 2005).

Ante a resistência indígena foi criada uma alternativa, trazer energia elétrica desde o complexo hidrelétrico de Guri, já instalado no rio Caroni, na Venezuela. Com esta proposta se tentava mudar a matriz energética do Estado que para produzir energia elétrica queimava milhares de litros de diesel por mês. A construção da linha de transmissão elétrica de Guri gerou diversos conflitos, pois no seu caminho até Boa

Vista, a capital de Roraima, esta linha passou por reservas ambientais na Venezuela, como a Serra de Imataca e o Parque Nacional Canaima, habitat tradicional dos Pemon, em suas três subdivisões, Arekuna, Kamarokoto e Taurepang.

Já no Brasil esta linha de transmissão de energia passou pela Terra Indígena São Marcos, onde os indígenas Taurepang, Wapichana e Macuxi aproveitaram para negociar o pagamento de uma indenização que permitiu a retirada dos invasores da Terra Indígena demarcada e homologada em 1991, mais ainda invadida no final desta década. Esta passagem por São Marcos esteve atrelada a uma série de conflitos associados ao processo de reconhecimento formal da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e a retirada dos invasores de estas duas terras indígenas.

Nos últimos anos foram ensaiadas tentativas de implementar pequenas centrais hidrelétricas nas proximidades da sede dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, nestas duas terras indígenas anteriormente citadas e inclusive um empreendimento maior para construir uma barragem no rio Branco, nas corredeiras do Bem Querer, empreendimento que iniciou neste ano de 2018, os estudos ambientais e de consulta, em vistas a implementar este projeto. Este último projeto se vê reforçado pelos períodos de estiagem que tem afetado ao rio Caroni a as turbulências políticas que afetam a Venezuela, o que colocam em risco estratégico o fornecimento de energia elétrica para a capital de Roraima e algumas localidades do interior onde chega a energia da linha de transmissão de Guri.

Contudo, o empreendimento em Caracarái deixa uma série de dúvidas, tanto pelos ciclos de estiagem que afetarão a produção energética, como o impacto que criará para própria capital Boa Vista e as terras indígenas que a montante serão afetadas pelo empreendimento.

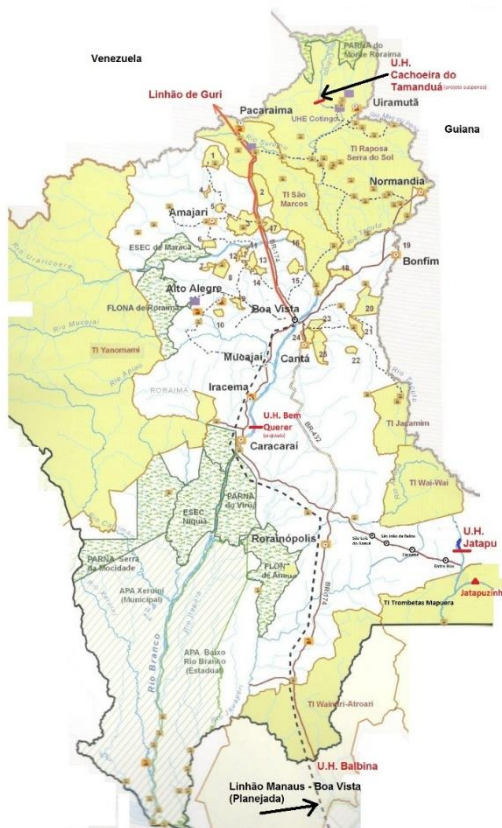
Diante deste panorama, nos últimos anos se levantou a proposta de unir Roraima ao sistema nacional integrado de distribuição de energia elétrica, através de um linhão de transmissão que acompanhando a BR 174, que une Boa Vista a Manaus, interligue Roraima ao restante do país. Esta proposta enfrenta novas resistências pois passaria pela Terra Indígena Waimiri Atroari, povo indígena que já sofreu uma retaliação do seu território pela construção da BR 174, pela barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina e pelo desmembramento das terras destinadas à mineração de Paranapanema (BAINES, 1991; 1993).

Foi neste contexto de problemáticas energéticas que foi construída a Usina de Jatapu, com a intenção de suprir de energia elétrica às cidades do sudeste do estado de Roraima que se espalham ao longo do trecho construído da Perimetral Norte, municípios de São Luis do Anauá e Caroebe.

A demanda por energia elétrica se sustenta em um apelo à modernidade e ao desenvolvimento, que se transformou em discurso vazio na boca de políticos de Roraima, os quais não estão preocupados com a melhoria nas condições de vida da população e sim em fortalecer seus currais eleitorais, o clientelismo e a compra de votos, males endêmicos na política eleitoral em Roraima.

Podemos encontrar excelentes mapas na obra do Instituto Sócio Ambiental (CAMPOS, 2011), em especial o mapa nº9, referente infraestrutura no Estado de Roraima, do qual extraímos a seguinte imagem, na qual destacamos alguns dos empreendimentos aqui citados.

Mapa 1: Terras Indígenas e Grandes Projetos Energéticos em Roraima



Adaptado de Campos (2011):

<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10403.pdf>>.

Grandes Projetos e os Impactos de Jatapu

As grandes obras governamentais, como usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, alteram radicalmente os espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as relações sociais das pessoas impactadas por eles (ANCSELRAD; SILVA, 2011). Ainda envolvem diversos esforços políticos, discursos sobre a Amazônia e sobre os povos indígenas. Neste sentido Baines (2001) expõe como a demarcação de terras indígenas na Amazônia teve, através da regularização das mesmas, a consequência nada inocente de “regularizar” a implementação de grandes projetos.

Mas, para não ficar apenas no discurso geral, queremos aqui relatar sobre como pesquisadores e os próprios Wai Wai entendem esta situação. O paradoxal nesta experiência é que a Usina Hidrelétrica encontra-se fora da terra indígena Trombetas Mapuera e mesmo assim os Wai Wai sentem seu impacto. Não é um impacto direto pelo alagamento de suas terras, mas por ser próximo, causa sim um impacto direto nas vidas das pessoas, desde problemas aparentemente simples à outros de forte caráter social e cotidiano.

Segundo Caixeta de Queiroz (2004), a rota utilizada para visitar os Wai Wai que moram na Guiana foi impedida pela construção da UHE de Jatapu, onde o percurso era navegar até a cabeceira de Jatapu e varar a serra do Acari.

Philip Fearnside e Reinaldo Barbosa (2015) no livro “*Hidrelétricas da Amazônia Volume 2*”, tratam os impactos sociais e ambientais aos índios Wai Wai nas tomadas de decisões de grandes obras, entre elas:

A Hidrelétrica de Jatapu está localizada a 37 km rio abaixo da Área Indígena Wai-Wai, habitada pelo grupo Wai-Wai e, 27 km rio acima da Área Indígena Trombetas-Mapuera, habitada pelo mesmo grupo. A barragem bloqueia a rota tradicional das canoas que deslocam os índios entre as duas reservas (CIR & CPI/SP, 1993, p. 44). Os que moram a jusante da barragem também sofreriam os efeitos da alteração da qualidade da água no rio Jatapu, onde poderia esperar uma diminuição significativa das populações de peixes. A má qualidade da água também afetaria os Wai-Wai durante as suas viagens pelo rio. O parecer do IBAMA (No. 057/94 de 07/06/1994) citou a falta de informações sobre o potencial para perda de peixes e para degradação da qualidade da água a jusante, como uma das falhas do PCA. Nenhuma medida mitigadora estava planejada para a população indígena. Também neste sentido, recentemente a terra do povo Wai Wai foi ampliada

para proteger um grupo de índios isolados vivendo relativamente próximo da barragem de Jatapu (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015 p.45).

Jorge Souza (1998) se refere a situação após a implementação da UH de Jatapu:

O advento da hidrelétrica de Jatapu e as expectativas de crescimentos econômicos para região deixam de perceber claramente que a periferia do território waiwai deve se tornar em uma área de tensão permanente, fundamentada na perspectiva que o empreendimento hidrelétrico potencializa e projeta, num estado cujo o déficit de energia é precário, até o momento (SOUZA, 1998, pp.147-148).

Em dezembro de 1993, cinco meses antes da área da represa ser inundada, o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro foi convidado a submeter uma proposta para salvamento e uso científico da fauna na área do reservatório (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015, p.45). O trabalho de resgate de parte dos animais foi concretizado. Foram capturados um total de 818 animais dos quais 267 na primeira campanha e 551 na segunda (RIO ZOO, 1995). Estes números nos falam do impacto e dos esforços desapegados para mitiga-los, embora estejam muito aquém do impacto real sobre a flora e a fauna da região enfrentaram.

Os principais impactos relatados por Rubem Caixeta de Queiroz (2004), no relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Trombetas/Mapuera, são:

- 1) intoxicação das águas do rio Jatapu.
- 2) impedimento de livre navegação no rio com objetivo de visitar os parentes das aldeias localizadas na Guiana e no rio Anauá (Roraima).
- 3) desequilíbrio no regime da pesca.
- 4) arregimentação da mão-de-obra indígena para a construção da Usina (QUEIROZ, 2004, p.153).

A este respeito acrescenta Jorge Souza (1998):

- 1) redução drástica da pesca e escassez das espécies consideradas regulares, com tendência à permanência das espécies predadoras e influência futura em desestabilizar a harmonia local de povoação das espécies.
- 2) privou os índios da utilização tradicional do seu melhor e mais viável itinerário de deslocamento, o rio, e áreas de cultivos de suas roças.
- 3) influenciou no escoamento regular e no nível de água do Jatapuzinho, acarretando perdas no seu potencial piscoso.
- 4) dificultou a obtenção de água potável para os índios durante os períodos de estiagem e de cheia.
- 5) inibiu a produção de excedente na aldeia destinado à comercialização, que os recursos e meios acima citados produzem efeitos reais e duradouros na atividade econômica e de subsistência dos waiwai (SOUZA, 1998, pp.188-189).

No período do enchimento da represa, choveu além do esperado inundando até as copas das árvores, com isso, a água perdeu muita qualidade:

Condições de água ácida, anóxicas em reservatórios na Amazônia são resultado da decomposição da vegetação na área inundada. Remoção da vegetação minimizaria este problema, entretanto, o gasto de fazê-lo seria substancial. Outros reservatórios na Amazônia, tais como Curuá-Una, Tucuruí, Balbina, e Samuel, foram enchidos com a remoção de apenas uma pequena parcela da vegetação nas áreas inundadas. Este também foi o caso de Jatapu, onde praticamente nenhuma vegetação foi removida (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015 p.46).

Segundo SOUZA (1998), a bem da verdade, os Wai Wai, na condição de grupo social potencialmente atingido pelos efeitos impactantes do empreendimento, se quer foram consultados, pois:

Esta situação gerou um clima desconfortante e de cisões no meio social: Aqueles mais voltados em participar do processo de aproximação dos brasileiros, e decididos a trabalhar como assalariados nas obras civis da hidrelétrica criaram facções dentro da comunidade, o que contribuiu definitivamente para o surgimento da aldeia do Cobra, sob a liderança de Mário, uma das ex-lideranças de Jatapuzinho (SOUZA, 1998, p.187).

Para aliviar as consequências desta construção, só depois dos danos, segundo Evelyn Schuller (2010) e Eliane Souza (2015), a CODESAIMA forneceu aos Wai Wai do Jatapuzinho, como forma de compensação, um gerador de energia elétrica e a Prefeitura de Caroebe-RR, uma cota mensal de 200 litros óleo diesel, que eles tinham que buscar na usina. Nos dias atuais o diesel é fornecido pelo Governo Estadual. É paradoxal que os indígenas sejam afetados por este empreendimento, mas não são beneficiados pelo mesmo. O mesmo ocorre na T.I. São Marcos com o linhão de Guri. Ainda há de se queimar diesel para gerar energia nas comunidades indígenas.

O empreendimento foi favorecido pela própria legislação ambiental brasileira à época, que não exigia a apresentação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) para construção de hidrelétricas de até 10MW (SOUZA,1998). Neste sentido para além de qualquer impacto ou benefício real da obra, a U.H. de Jatapu foi construída por interesse político.

Segundo Phillip Fearnside e Reinaldo Barbosa (2015), Jatapu oferece um exemplo de uma série de barreiras à realização de estudos apropriados de avaliação dos custos do desenvolvimento e sobre a necessidade de agir com base nestes estudos;

Embora os detalhes variem na maneira em que as influências políticas agem através dos vários órgãos e nos diferentes níveis e braços do governo.

A Hidrelétrica do Alto Rio Jatapu é tida pelos cientistas e pesquisadores do assunto como um desastre ecológico, ao ambiente e as comunidades Wai Wai, além de sua relação custo/benefício ser considerada inviável (SOUZA,1998). Diversos problemas foram documentados em meios de comunicações divulgados em Boa Vista e no Estado de Roraima: abandono, mudança de governo, seca do rio e a falta de manutenção na Usina Hidrelétrica de Jatapu.

Reparamos no Jornal Folha de Boa Vista de 2009, o momento em que Servidores da Companhia Energética de Roraima (CER), que trabalham na Usina Hidroelétrica de Jatapu, denunciam a precariedade da barragem cheia de rachaduras e infiltrações, correndo o risco de romper a qualquer momento. Dentre os relatos destacamos o seguinte:

O operador de usina, Anselmo José, disse que os funcionários vivem na localidade com medo de que aconteça o pior. “Faz mais de seis anos que vivemos esse problema aqui. Cada dia e ano que passa as infiltrações aumentam cada vez mais e ninguém toma nenhuma providência. Já notificamos a direção da empresa, mas até o momento nada fizeram” (Folha de Boa Vista, 11/03/2009).

Até dezembro de 2013, nenhum dos empreendimentos projetados de forma complementar a usina hidrelétrica havia se estabelecido. Tanto indústrias que o governo esperava montar através da CODESAIMA, como empreendimentos privados (FEARNSIDE; BARBOSA, 2015, p.49).

O governador Anchieta no final de 2013, próximo ao final do seu mandato, rumo a sua candidatura ao Senado, adquire duas novas turbinas de uma empresa do Paraná através da Companhia Energética de Roraima (CERR), para ampliar a capacidade da usina hidrelétrica de Jatapu:

A usina passa por obras de revitalização e modernização que devem ser finalizadas no primeiro semestre de 2014. O investimento estimado é de R\$ 46 milhões. Atualmente, a usina funciona de forma precária com apenas duas turbinas hidráulicas, que deverão ser revitalizadas. As sedes e algumas comunidades dos municípios de Caroebe e São João da Baliza, no sul de Roraima, são as únicas atendidas. Os novos equipamentos de 2,5 megawatts, cada deverão dobrar a geração de energia. Além de atender os dois municípios em sua totalidade, a usina reforçará o atendimento aos consumidores de São

Luiz do Anauá, município que está interligado ao sistema de Boa Vista (Portal G1 DE Roraima, 24/08/2013).

Segundo o jornal Folha de Boa Vista de 31/10/ 2016, a atual Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos, em visita aos Wai Wai na Comunidade de Jatapuzinho em 2016, recebeu dos tuxauas das seis comunidades da parte roraimense da TI Trombetas Mapoeira, um documento com reivindicações exigindo reforma e ampliação da escola, ampliação do ensino nas comunidades, instalação de motores e cota de combustível para fornecimento de energia elétrica e a abertura de uma estrada interligando a região à BR-210, totalizando 22 quilômetros. Ações não executadas até o momento.

Em reportagem ao Jornal digital Folha Web de 16/03/18 o governo estadual anuncia por primeira vez em 23 anos que a usina vai trabalhar na capacidade máxima e alimentar três municípios do Sul do Estado de Roraima:

A atual fase de testes desde dezembro, os sistemas de supervisão e controle em operação da usina hidrelétrica de Jatapu, em Caroebe, já estão em funcionamento, junto com as quatro turbinas geradoras que totalizam 10 megawatts. Essa é a primeira vez em 23 anos que o complexo energético está funcionando em sua totalidade. A unidade será inaugurada pelo governo em breve. Jatapu atende à necessidade energética dos três municípios localizados ao Sul: Caroebe, São Luiz e São João da Baliza e garante mais segurança. O sistema Jatapu será interligado ao linhão de Guri, na Venezuela, que fornece energia para Roraima (FOLHA WEB,16/03/2018).

Atualmente a CERR atua apenas no fornecimento da energia da U.H de Jatapu, pois perdeu a licitação de distribuição da energia elétrica do estado de Roraima para ELETROBRAS (Central Elétricas Brasileira) -RR, esta vem passando por um processo de privatização e a CERR de falência, tendo os funcionários desta entrado em greve por constantes atrasados nos pagamentos. O custo desta última revitalização e ampliação é altíssimo, tanto na gestão do governo estadual passado, como no atual, investimentos que atualmente estão associados a períodos eleitorais devido ao interesse do retorno dos votos nas urnas dos eleitores do estado.

De duas turbinas, quatro passaram a funcionar, vai reter mais vazão de água, em visita a área, observamos que o Rio Jatapu em relação ao Jatapuzinho é mais raso e com presença de muitas pedras, mesmo na época de chuvas; Este problema se quer é



discutido entre o governo e os Wai Wai, como também não há nenhuma medida compensatória real.

Foto 1: Usina Hidrelétrica de Jatapu com 2 turbinas em 2013 (Foto Divulgação/CERR).



PORTAL G1 de Roraima, 2013: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/08/novas-turbinas-para-usina-de-jatapu-chegam-em-setembro-roraima.html>>

Foto 2: Usina Hidrelétrica de Jatapu com 4 turbinas após reforma e revitalização em 2018 (Foto:WilliamRoth/GovernodeRoraima/Divulgação).



PORTAL G1 de Roraima, 2018: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/hidreletrica-de-jatapu-no-sul-de-rr-e-reinaugurada-e-passa-a-operar-com-capacidade-total-apos-24-anos-de-criacao.ghml>>

Os Impactos da Hidrelétrica na Perspectiva dos Wai Wai

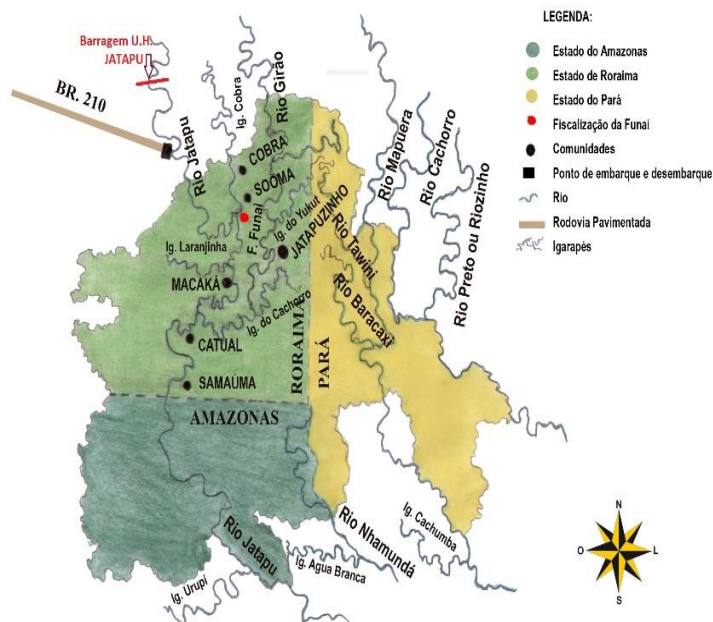
Em diálogo com os Wai Wai, eles reconhecem diversos impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Jatapu na terra e na vida deles. As comunidades mais afetadas são as mais próximas, pois encontram-se na beira do rio Jatapu, como: Soma, Macará, Katual e Samaúma, que fazem parte da Terra Indígena Trombetas Mapuera.

Dentre os problemas relatados diretamente pelos Wai Wai estão a água suja, por conta da acidez, problemas com a pesca, devido aos peixes terem migrado e diminuído, vinda de cardumes de piranhas, o afastamento dos animais de caça,



problemas de transporte no rio, principalmente no período do verão, período em que se sente uma diminuição forte no volume do rio.

Mapa 2: das comunidades indígenas Wai Wai do Estado de Roraima na T.I Trombetas Mapuera



(GUTIERRES, 2008: p. 71)

Centenas de espécies de animais foram deslocados, retirados e migraram para outras áreas, alterando o ambiente local de caça das comunidades próximas mas, também, das mais distantes, que precisam percorrer grandes distâncias para conseguir ter sucesso nas caçadas.

Os moradores relatam sentir contaminação na água, falam em vazamentos de óleo, não apenas pelos motores das canoas regionais, mas aparentemente por falta de manutenção nas turbinas.

Chega a faltar o peixe e a carne de caça, sentem também dificuldade nas viagens às outras comunidades. Como a comunidade do Jatapuzinho, funciona como centro regional da saúde e de educação escolar existe um movimento constante de mobilidade entre as diferentes comunidades da região. Na época do verão, por muitos trechos os indígenas precisam carregar as canoas, demorando muitas horas para chegar ao destino. As principais rotas de canoas nos rios foram fechadas com o empreendimento, através delas eram feitas visitas a parentes nas comunidades da Guiana, assim como à comunidade Anauá, na Terra Indígena Wai Wai, localizada a montante da barragem no rio Jatapu.

Apesar do governo do estado de Roraima, através da CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima), terem apresentadas ações mitigadoras, como plano de impacto ambiental, a parceria com o zoológico do Rio de Janeiro e a UFRJ, para remover animais e levarem para o Rio de Janeiro e terem trazido ações pontuais de educação ambiental, apenas para as comunidades próximas a área onde a UH de Jatapu foi construída, a percepção dos Wai Wai é de que este projeto causou mais problemas do que benefícios.

Além dos problemas anteriores, tiveram que enfrentar problemas sérios com o alagamento da represa e a decomposição de material orgânico vegetal no reservatório da Usina. Com a homologação da Terra Indígena Trombetas Mapuera em 2009, a área foi ampliada para proteger os indígenas isolados, sendo que estes vivem também nas proximidades da Hidrelétrica, passando por muitos problemas e não sendo contemplados de nenhuma forma pelo estado.

Para superar estes impactos negativos vindos desde a construção da U.H de Jatapu, as comunidades Wai Wai vem fazendo esforços para aproveitar o extrativismo e vender castanha da Amazônia em grandes quantidades. Recentemente se aproximaram de ONGS (Organizações não Governamentais), como o ISA (Instituto Socioambiental), que conta com um projeto de assessoria ao processo de comercialização, e o IEPÉ (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), que colabora em parceria com ISA.

Os Wai Wai criaram a Associação do Povo Indígena Wai Wai (APIW), em 2008, que desde então vem trabalhando em parceria com outras organizações indígenas, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Vemos uma vitalidade dentro das comunidades, nas quais as principais lideranças, tais como Tuxauas, Pastores e membros da Associação, procuram cobrar do governo do estado melhorias na infraestrutura de estradas; Já solicitaram uma extensão da BR 210, para que atravessando o rio Jatapu os aproxime até Jatapuzinho, no entanto há pessoas que se preocupam e se manifestam contrários, devido a ameaça de invasões de colonos;

Nesse sentido, estes sentimentos encontrados preocupam os Wai Wai. Por um lado precisam de transporte para levar pessoas doentes, e de outro, escoar a produção em vistas a geração de renda; Eles são os principais produtores de castanha do Estado, fabricam farinha e produzem artesanatos para comercialização;

Segundo percebemos no diálogo com os Wai Wai, eles sentem diversas preocupações, tanto com a construção de usina hidrelétrica, como com outras invasões diversas, assim como com a cobrança de pedágios quando passam obrigados pelas terras de fazendeiros vizinhos carregando a produção de castanha.

Nos dias de hoje o que prevalece é a roça, a caça, a pesca, a escola, o culto religioso evangélico, o futebol, a dança Wai Wai e o forró religioso, elementos escolhidos por eles. Permanecem ainda muitos conhecimentos tradicionais, como o uso da língua materna, a culinária, regras de caçadas, fidelidade ao sogro e outros fundamentos de sua organização social, etc.

O jovem Miguel Wai Wai em entrevista realizada em Boa Vista-RR no dia 18/06/2018, nos contou em diálogo franco a preocupação dos jovens pelo uso de energias renováveis, como placas solares, enxergam uma excelente oportunidade de aproveitar a energia solar e diminuir os custos da geração de energia que queima óleo diesel.

Contudo, as comunidades Wai Wai lidam de uma forma muito interessante nessa ambivalência existente na relação que se estabelece entre o tradicional e o novo; Mantém importantes elementos da estrutura social tradicional ainda muito vivos, como as relações de parentesco ou as dinâmicas participativas e coletivas nas assembleias e organizações. Mesmo que nem todas as comunidades concordam entre si, prevalece sempre a proposta que obteve o maior número de votos, vivenciando uma democracia ativa que a sociedade nacional ainda precisa compreender, como já Jorge Gasché e Napoleón Vela (2012), refletiam sobre os elementos sociológicos comuns que vivenciam os povos da floresta.

Impactos de Hidrelétricas em Terras Indígenas

Na segunda metade do Século XX, as Terras indígenas na Amazônia foram alvos de grandes projetos, como a construção de hidrelétricas, estradas, garimpos, invasões de madeireiros e fazendeiros. Tudo isto causando grandes impactos sociais aos povos atingidos (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.).

Processa -se pois um deslocamento da esfera política em que direitos e sujeitos coletivos são invisibilizados e substituídos pelos interesses e atores particulares

(ZHOURI, 2008, p.99). Povos atingidos se tornaram invisíveis para os interessados nos empreendimentos do desenvolvimento.

Alteram-se radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, assim como surgem novas relações sociais e conflitos sociais (ACSELRAD; SILVA, 2011).

Contudo, vemos como ao mesmo tempo surgem novos movimentos indígenas e organizações que levantam novas agendas políticas (OLIVEIRA, 2002), relacionando-se com grandes empreiteiras, empresas, ONGs, governos estaduais e Federal etc (ZHOURI, 2008).

As estratégias desses atores-rede se dão dentro de malhas, onde se produz o discurso. (ZHOURI; GOMES, 2011). Podem ser reconhecidos na produção de discursos e práticas, aspectos amplos do campo social, as malhas criam fluxos funcionando mais como estruturas fractais (percepção temporal histórica) do que como arquiteturas fixas (ESCOBAR, 2003).

Segundo Andréa Zhouri e Lilian Alves Gomes (2011), influenciadas por Scherer-Warren (2006), observam que mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, que detêm maior poder de influência, de direcionamento das ações, do que outros elos de conexão de rede. Neste caso, são os povos atingidos em relações aos governos e as empresas que prestam serviço ao setor elétrico.

Importante a visão de João Pacheco de Oliveira (2016), na importância de compreender os processos em não só ouvir apenas uma voz, neste caso, um lado da relação ou do conflito:

A noção simplificadora de uma voz indígena, ou de um único modelo nativo, deve ser substituída por um esforço de compreensão de processos complexos e ocorridos em diferentes contextos e escalas. É da combinação de todos esses fatores-históricos e culturais, locais e globais- que poderemos buscar uma compreensão de estratégias políticas tão diversificadas e heterogêneas (OLIVEIRA, 2016, p.285).

Atesta-se que para compreender o ritmo de mudanças é importante reconhecermos os atores sociais e analisarmos as relações estabelecidas entre eles, para dessa forma, compreendermos o ritmo das mudanças.

Temos como exemplo o relato do líder Kayapó Paiakan, sobre a sedução Ocidental trazida pela sociedade dominadora aos indígenas:

“If a good Indian is a pure Indian-and here, as usual, the definition of purity is given by dominant society- an Indian who falls prey to Western seduction by, for instance, selling lumber foreign companies (such as the Kayapó leader Payakan) (RAMOS, 1998, p.72).

Notamos que tanto os militares como funcionários das companhias estrangeiras, consideram que “índio bom é um índio puro”, se referem a aqueles que ficam seduzidos por bens ocidentais, trazidos por não índios e que concordam em vender madeiras para companhias estrangeiras.

A visão dominante imposta sobre os indígenas valoriza uma visão romântica do índio, o qual vive nu e no passado, o que dificulta compreender as transformações em curso (OLIVEIRA, 2016).

Na América Latina há agendas de compromissos econômicos e acordos multilaterais entre os principais governos, para efetivarem grandes obras de infraestrutura, com o intuito de integrar a região, no campo dos transportes, da energia e da produção voltada para o mercado mundial.

Assim por exemplo, existem acordos entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, para a construção de uma hidrelétrica na região do Rio Essequibo, assim como de uma estrada que conecte o interior do país e o litoral, facilitando o escoamento de produtos brasileiros direto para o caribe (SILVA, 2015).

A construção da hidrelétrica na Guiana, de um lado poderá contribuir para o abastecimento energético brasileiro, mas de outro, poderá gerar novos impactos sociais e ambientais (SILVA, 2015).

Vemos que no continente ocorreram grandes impactos devido a centrais hidrelétricas, como deslocamentos de populações indígenas e perdas de territórios ancestrais. Como no caso dos indígenas Guarani na Usina Hidrelétrica binacional de Itaipu (SANTOS; NACKE, 2003); e os indígenas Mapuches na região de Comahue, na Argentina (OLIVER; RADOVICH, 2003).

Há uma invisibilização dos problemas que estas populações enfrentam quando são construídos grandes hidrelétricas. São minimizados os alagamentos, a explosão de mosquitos, a malária, a contaminação da água, os prejuízos agrícolas, deslocamento e mudanças dos territórios tradicionais dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e

diversas populações atingidas por barragens. Situações como estas podem trazer depressão e suicídio.

Pesquisadores que prestam serviços a grandes empresas que trabalham na construção das hidrelétricas, amparam-se no discurso socioambiental sustentável, justificando os impactos em seus laudos a em razão do desenvolvimento econômico, como sendo algo positivo a todos os envolvidos. Onde as ações mitigadoras dirigidas aos povos atingidos “direta ou indiretamente” pelo empreendimento são totalmente insuficientes para compensar realmente os impactos. “Influências diretas e indiretas”, dicotomia usada no passado para tentar diminuir a responsabilidade das empresas, atualmente superadas, pois se comprova que os impactos indiretos são tão nocivos como os diretos para as populações atingidas (BAINES; SILVA, 2009).

Segundo os Stephen Baines e Cristina Silva (2009) numa resenha sobre o livro: “Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais”, organizado por Ricardo Verdum (2007), comentam sobre os antropólogos contratados por empresas do setor elétrico:

A análise das estimativas das populações atingidas por projeto hidroelétrico está repleto pelo jargão do setor elétrico, como “remanejamento”, “contingentes populacionais deslocados”, “diretrizes para remanejamento de grupos”. Esses termos nos oferecem uma instrutiva ilustração de como antropólogos contratados por empresas do setor elétrico podem trabalhar retoricamente em prol da mitigação teórica dos impactos do desenvolvimento (BAINES; SILVA, 2009, p.285).

Neste sentido vemos como há pesquisadores que prestam serviços as grandes empresas, os quais terminam defendendo os interesses empresariais através de seus laudos, justificando os projetos em função de trazer melhorias econômicas. Justifica-se também, uma agenda continental na América Latina, defendendo o uso de “energias limpas”, através das hidroelétricas, levantando uma retórica da sustentabilidade.

Contudo, as audiências e reuniões públicas sobre a construção da hidrelétricas, não são bem divulgadas para as populações atingidas e não há participação direta na maioria dos casos (ZHOURI; GOMES, 2011). Os governos estaduais, ministério público e Ibama, muitas das vezes ignoram laudos contrários ao empreendimento, como o uso de EIA-RIMA, tudo para a concretização urgente da construção das hidrelétricas, que são financiadas através de bancos estatais e privados, explicando de maneira mais detalhada:

Assim, sem o conhecimento das reais dimensões dos impactos dos projetos, as comunidades não tem informações suficientes para um posicionamento sobre a proposta apresentada. Alguns aspectos a considerar: planejamento centralizado; participação limitada pelos termos de referência e pelos EIA/RIMAs (Estudos e Relatórios de Impactos Ambiental), dificuldade de acesso à informação; marginalização nas Audiências Públicas e falhas na função de Regulação (ZHOURI, 2008, pp.100-101).

Apesar dos movimentos estarem atentos, ainda prevalece a falta de informação, compreensão e principalmente falta de respeito em relação a uma participação efetiva e direta nas reuniões e audiências públicas dos empreendimentos.

Demarcações em Terras Indígenas e a T.I Trombetas Mapuera

No caso em estudo junto dos Wai Wai, podemos identificar como principal resposta e estes empreendimentos o processo de demarcação da Terra Indígena Trombetas Mapuera. Em certo sentido foi uma resposta robusta frente as novas invasões e uma ação concreta na defesa territorial e na regulação e proteção do seu território tradicional.

A Usina Hidrelétrica de Jatapu, foi criada em 1994, em época de valorização do plano real e período em que o prazo determinado pela Constituição Brasileira de 1988 para concluir a demarcação das terras indígenas no Brasil estava expirando. A U.H de Jatapu foi criada antes da homologação da Terra Indígena Trombetas Mapuera, a qual foi reconhecida, homologada a demarcação em 21 de Dezembro de 2009 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; FUNAI, 2009).

A demarcação da Terra Indígena Trombetas Mapuera terminou reconhecendo uma grande área de três milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e noventa e oito hectares, dentro dos limites dos Estados de Roraima, Pará e Amazonas.

Muitos foram os processos e etapas para se chegar a homologação da T.I. Trombetas Mapuera, como problemas e dificuldades encontradas no processo de delimitação e demarcação. As principais dificuldades foram: a falta de recursos financeiros, na licitação houve muito atraso na entrega de materiais e a demarcação da empresa começou muito antes que as equipes indígenas pudessem contar com a infraestrutura planejada (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Os trabalhos de demarcação física da TI Trombetas Mapuera, realizada pela empresa Consulnorte Serviços de Precisão, iniciaram em fevereiro de 2007 e levaram praticamente um ano para serem concluídos (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008, p.64).

Esta demarcação se deu com o apoio do Programa Piloto para a Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da agência alemã GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) em conjunto com a FUNAI (OLIVEIRA, 2002).

É importante salientar que o PPTAL nasceu entre os anos de 1991-1992, em um momento no qual a FUNAI buscava soluções para o problema do prazo constitucional de conclusão das demarcações de Terras indígenas no Brasil (MENDES, 2002, p.37).

Contudo a participação dos indígenas da região foi fundamental para a conclusão dos trabalhos de demarcação da T.I. Trombetas Mapuera (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008). Foram importantes as assembleias junto das lideranças indígenas em comunidades localizadas nos três estados brasileiros (Roraima, Pará e Amazonas) que compreendem a TI. Trombetas Mapuera (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008).

Os contratos assinados pelo governo brasileiro e alemão para implementação do PPTAL, permitiram a contratação de empresas privadas de agrimensura, convênios entre FUNAI e ONGs, indígenas e indigenistas (OLIVEIRA; IGLESIAS, 2002).

A Usina Hidrelétrica de Jatapu, como projeto de desenvolvimento, próxima as comunidades dos indígenas Wai Wai do Estado de Roraima, é exemplo de resultado de descaso dos governantes e empresas do setor elétrico que não trazem soluções compensatórias para os impactos sociais e ambientais, levando a todos nós e principalmente aos indígenas a pensarmos e sonharmos com um modelo de geração de energia mais sustentável, como a solar e eólica, se torne realidade de uso no Brasil.

Conclusões e Resultados

Observamos que a relação dos Wai Wai com a sociedade nacional enfrenta diversos pontos de conflito e contradições como ocorrem em todo o campo indigenista na Amazônia;

Sem lugar a dúvidas a U.H. de Jatapu trouxe impactos na vida dos Wai Wai e não houve medidas mitigadoras mínimas. Uma vez que o projeto afeta diretamente seus territórios, sua alimentação, o transporte e suas formas de vida. Ainda eles não

recebem o benefício direto do empreendimento, uma vez que mesmo sendo vizinhos, não são atendidos pela energia produzida na usina.

E mais, ficam dependendo de motores, da manutenção dos mesmos, do fornecimento do combustível, do clientelismo oferecido pelo governo e o município, em um entravado jogo de poder e política.

Perfilam-se diversos desafios. Como equilibrar o respeito às terras tradicionais e às dinâmicas de uso e de relação com a natureza, frente à constante pressão sobre os recursos naturais. Sem lugar a dúvidas a dinâmica Wai Wai de apropriar-se da alteridade, como no caso das mercadorias industrializadas, pode ser interessante para compreender a apropriação de alguns projetos, as vezes oferecidos pelos governos estadual ou municipal, ou por outros parceiros potenciais.

Mas também é claro que eles não se apropriam de qualquer projeto. A U.H. de Jatapu continua a ser apenas mais uma bandeira desenvolvimentista, uma promessa eleitoral e um discurso vazio para os Wai Wai.

Por um lado os agentes do Estado não querem escutar e nem dialogar com os Wai Wai, por outro lado, os Wai Wai são seletivos quanto aos discursos que querem aceitar e acreditar. Por enquanto, esse discurso dos grandes projetos é questionado, pois vem sendo muito bem compreendido.

Referências Bibliográficas

ACSERLALD, Henri; DA SILVA, Maria das Graças. *Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia*. In: ZHOURI, Andréa (organizadora). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeito e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas*. RB. *Estudos Urbanos e Regionais* V.6, n.1, maio de 2004, pp. 09-34.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Territórios e Territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo*. Caderno CRH, Salvador, v.25, janeiro/abril de 2012, pp. 63-71.

BAINES, S; SILVA, Cristina T. da. *Antropólogos, Usinas Hidrelétricas e “Desenvolvimentalismo” na América Latina*. In: *Resenha de: Integração, Usinas*

Hidrelétricas e Impactos Socioambientais, organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007, pp.271-297.

BAINES, S; É a FUNAI que sabe. *A frente de atração Waimiri-Atroari*. Museu Paraense Emílio Goeldi.Belem.Brasil.1991.

BAINES, S. *O Território dos Waimiri- Atroari e o Indigenismo Empresarial*. In: *Ciências Sociais Hoje*. Ed. Eli Diniz, J.S. Leite Lopes, & Reginaldo Prandi.ANPOCS/Hucitec. São Paulo, Brasil.1993, pp. 219-243.

BAINES, S. *Os Waimiri-Atroari e a Invenção Social da Etnicidade pelo Indigenismo Empresarial*. In: *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp. 127-159.

BAINES, S. *As Terras Indígenas no Brasil e a “Regularização” da Implantação de Grandes Usinas Hidrelétricas e Projetos de Mineração na Amazônia*. Série Antropologia. Brasília: DAN – UnB, 2001.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Editora Ática. São Paulo, 1990.

CAIXETA DE QUEIROZ, Rubem. *Relatório de Identificação e Delimitação de Trombetas /Mapuera*. Território Indígena. Brasília: FUNAI; 2004.

CAIXETA DE QUEIROZ, Rubem. *Trombetas – Mapuera*. Território Indígena. Brasília: FUNAI/PPTAL. 2008.

CAMPOS, Ciro (Organizador). *Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: ISA,2011;<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10403.pdf>>. Acesso em: 27/06/2018.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira; VALE JÚNIOR, Israel Correia. *Etnozoneamento das porção paraense das terras indígenas Trombetas- Mapuera e Nhamundá-Mapuera*/Ivaneide Bandeira Cardozo, Israel Correa do Vale Junior, org.- Porto Velho – RO: EDUFRO, 2012.

ESCOBAR, A. *Atores, redes e produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática das ciências*.In: Santos, Boaventura Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*.São Paulo: Cortez, 2003, pp.648-649.

FEARNSIDE, Philip M; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Benefícios políticos como barreiras à avaliação dos custos ambientais no planejamento de desenvolvimento da Amazônia Brasileira*:

O exemplo da Hidrelétrica de Jatapu em Roraima. In: FEARNside, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões de grandes obras*, v.2. / Philip M. Fearnside. Manaus: Editora do INPA, 2015, pp.37-58.

FOCK, Niels. *Waiwai, religion and society of an amazonian tribe.* National Museum of Denmark, *Ethnographic Series*, 8.1963.

FOLHA DE BOA VISTA. 08 de Outubro de 2008. *Usina de Jatapu recebe novos equipamentos.* Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Usina-de-Jatapu-recebe-novosequipamentos/33015>>. Acesso em: 04/11/2017.

FOLHA DE BOA VISTA. 11 de Março de 2009. *Barragem da Hidrelétrica de Jatapu apresenta vazamentos e infiltrações que comprometem estrutura.* Disponível: <<https://www.ecodebate.com.br/categoria/not/>>. Acesso em: 04/11/2017.

FOLHA WEB. 16 de Março de 2018. *Sistema de Jatapú já está em funcionamento.* Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Sistemas-de-Jatapu-ja-estao-em-funcionamento/37822>>. Acesso em: 07/06/2018.

FOLHA DE BOA VISTA. 31 de Outubro de 2016. *Suely Campos se reúne com índios wai-wai na comunidade Jatapuzinho.* Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Suely-Campos-se-reune-com-indios-wai-wai-na-comunidade-Jatapuzinho/21728>>. Acesso em: 04/11/2017

GASCHÉ, J. *Niños, maestros, comuneros y escritos antropológicos como fuentes de contenidos indígenas escolares y la actividad como punto de partida de los procesos pedagógicos interculturales: un modelo sintáctico de cultura.* In: GASCHÉ, J.; BERTELY, M.; MODESTA, R. (Coord.). *Educando en la diversidad: investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües.* Quito: Abya-Yala, CIESAS, IIAP, 2008.

GASCHÉ, Jorge. *ETSA: Los alcances de la noción de cultura en la educación intercultural. Explotación de un ejemplo: sociedad y cultura borá.* En: GODENZZI 25 ALEGRE, C. (Comp.): *Educación e interculturalidad en los Andes y en la Amazonia.* Cuzco, Centro de Estudios Regionales Andinos: Bartolomé de Las Casas, 2014, pp.187-294.

GASCHÉ, Jorge; VELA, Napoleón. *Sociedad Bosquesina. Tomo I. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de*

desarrollo. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP). Lima: Consorcio de Investigações Econômicas e Sociais (CIES). Japón: Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. -São Paulo: Contexto, 2012.

GUTIERRES, Inácio Pereira. *Os Wai Wai na Terra Indígena Trombetas Mapuera*. In: História, cultura e meio ambiente em Roraima: perspectivas interculturais / organização de Fabiola Carvalho... [et. al]. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

HOWARD, Catherine. *Domesticação das Mercadorias: Estratégias Wai Wai*. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico/organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos*. - São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MENDES, Artur Nobre. *O PPTAL e as demarcações participativas*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, pp.37-40.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI. *Número do Processo: Proc.08620.002353/2009-DV. Prot. nº 5 316/DAF/09, Trombetas Mapuera V4*. Data: 10/09/2009, p.4.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Cidadania e Globalização: povos indígenas e agências multilaterais*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barros (Orgs.). *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002, pp.105-119.

OLIVEIRA, João Pacheco de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002, pp.41-68.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVER, Alejandro Omar Balazote; RADOVICH, Juan Carlos. *Grandes Represas Hidroeléctricas: Efeitos sociais sobre poblaciones Mapuches em la Region del Comahue, Argentina*. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2003, pp.85-109.

PAIVA, Eliane Bezerra. *A construção das identidades indígenas em fontes de informação*. João Pessoa, 2015, pp.1-18.

PORTAL DE G1 DE RORAIMA. 24 de Agosto de 2013. *Novas turbinas para usina de Jatapu chegam em Setembro*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/08/novas-turbinas-para-usina-de-jatapu-chegam-em-setembro-roraima.html>>; Acesso em 25/06/2018.

PORTAL G1 DE RORAIMA. 17 de Junho de 2018. *Hidrelétrica de Jatapu, no Sul de RR, é reinaugurada e passa a operar com capacidade total após 24 anos de criação*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/hidreletrica-de-jatapu-no-sul-de-rr-e-reinaugurada-e-passa-a-operar-com-capacidade-total-apos-24-anos-de-criacao.ghtml>>. Acesso em: 25/06/2018.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press, 1998.

REPETTO, Maxim. *Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la línea de transmisión eléctrica Venezuela-Brasil*. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen (organizadores); *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

REPETTO, Maxim; SILVA, Lucilene Júlia. *Experiências inovadoras na formação de professores indígenas a partir do Método Indutivo Intercultural no Brasil*. Revista Tellus. Campo Grande, MS, ano 16, n. 30, p. 39-60, jan./jun. 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Revista Novos Estudos, n.80, março.2018, pp.109-125.

RIOZOO (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro). *Usina Hidrelétrica do Alto Jatapu, Roraima: Projeto de Resgate e Utilização Científica da Fauna*. RIOZOO, Rio de Janeiro, RJ, 1994, p.17.



RIOZOO (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro). *Usina Hidrelétrica do Alto Jatapu, Roraima: Projeto de Resgate e Utilização Científica da Fauna*. RIOZOO, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. *A UHE Binacional Itaipu e os índios do Ocoí*. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2003, pp.21-36.

SCHERER-WARREN, I. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.21, n.1, jan.-abr.2006, p.121.

SCHULER, Evelyn. *Transformações Wai Wai*. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira(Org.). *Roraima: homem, ambiente, e ecologia / organização de Reinaldo Imbrozio Barbosa e Valdinar Ferreira Melo*. – Boa Vista: FEMACT, 2010.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da Silva. *O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?* *Boletim Meridiano* 47. Brasília, vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015, pp. 19- 26.

SOUZA, Eliane de. *A vida e a História dos Wai Wai de Jatapuzinho*. In: GUTIERREZ, Inácio Pereira. *História, ambiente e educação no Jatapuzinho/Inácio Pereira Gutierrez, Eliane de Souza (Org.)* – Boa Vista: Editora da UFRR, 2015, pp.59-105.

SOUZA, Jorge Manuel Costa. *Os Waiwai do Jatapuzinho e o irresistível apelo à modernidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998;

WAI WAI, Miguel Wepaxi. *Vivendo na Floresta: A atividade de caça do povo indígena Wai Wai da comunidade Jatapuzinho-RR*. Entrevista concedida a Daniel Montenegro Lapola no dia 18 de Junho de 2018.

ZHOURI, Andréa. *Justiça Ambiental, diversidade cultural e accountability -Desafios para a governança ambiental*. In: RBCS Vol. 23, nº68 outubro/2008, pp.97-107.

ZHOURI, Andréa; GOMES, Lilian Alves. *Da Invisibilidade à Resistência-Atores-rede no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II (Complexo Amador Aguiar), MG*. In: ZHOURI, Andréa. *As tensões do lugar: hidroelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental (Org.)*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp.273-293.

Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes Projetos na Amazônia

Resumo

Este artigo trata de uma análise sobre os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Brasileira em terras indígenas, pesquisando bibliografias e teóricos que tratam sobre o tema em nível nacional e continental, em especial a situação vivenciada pelos Wai Wai na Terra Indígena Trombetas Mapuera, Roraima. Diferentes elementos participaram na formação atual das terras oficialmente reconhecidas e das comunidades do povo Wai Wai, como: o surgimento de novas comunidades no rio Jatapuzinho e no Jatapu, extrativismo da castanha, impactos ambientais e sociais pela construção da estrada Perimetral Norte, que no contexto do projeto Calha Norte chegou a penetrar na T.I., mas foi abandonada, apesar de estar já toda planejada. Neste contexto analisamos os impactos que a Usina Hidrelétrica de Jatapu, embora fora da terra indígena, pois se encontra a montante do limite da terra, no rio Jatapu, impacta de diversas formas na vida das comunidades, as quais se sentem afetadas pela barragem da UH e os impactos sobre a disponibilidade de alimentos e do rio como recurso central de sua vivência.

Palavras-Chaves: Índios Wai Wai; Impactos de Grandes Projetos em Terra Indígena; Usina Hidrelétrica de Jatapu;

The Wai Wai Jatapuzinho community in Roraima, Compared to Large Projects in the Amazon

Abstract

This article deals with an analysis of the impacts of large development projects in the Brazilian Amazon on indigenous lands, relating bibliographies and theorists dealing with the theme at national and continental level, especially the situation experienced by the Wai Wai in the Trombetas Mapuera Indigenous Land, Roraima. Different elements participated in the current formation of the officially recognized lands and communities of the Wai Wai people, such as: the emergence of new communities in the Jatapuzinho and Jatapu rivers, brown extraction, environmental and social impacts due to the construction of the Perimetral Norte road, which in the context of the Calha Norte project penetrated into IT, but was abandoned, despite being already planned. In this context, we analyze the impacts that the Jatapu Hydroelectric Power Plant, although outside the indigenous land, because it is located upstream of the earth's boundary on the Jatapu River, impacts in various ways on the life of the communities, which are affected by the UH dam and the impacts on the availability of food and the river as the central resource of their experience.

Keywords: Wai Wai Indians; Impacts of Major Projects on Indigenous Land; Jatapu Hydroelectric Power Plant.

La Comunidad Wai Wai Jatapuzinho de Roraima, en Comparación con Grandes Proyectos en la Amazonia

Resumen

Este artículo trata de un análisis sobre los impactos de los grandes proyectos de desarrollo en la Amazonia brasileña en tierras indígenas, relacionando bibliografías y teóricos que tratan sobre el tema a nivel nacional y continental, en especial la situación vivenciada por los Wai Wai en la Tierra Indígena Trompetas Mapuera, Roraima. Diferentes elementos participaron en la formación actual de las tierras oficialmente reconocidas y de las comunidades del pueblo Wai Wai, como: el surgimiento de nuevas comunidades en el río Jatapuzinho y en el Jatapu, extractivismo de la castaña, impactos ambientales y sociales por la construcción de la carretera Perimetral Norte, que en el contexto del proyecto Calha Norte llegó a penetrar en la TI, pero fue abandonada, a pesar de estar ya toda planeada. En este contexto analizamos los impactos que la Usina Hidroeléctrica de Jatapu, aunque fuera de la tierra indígena, pues se encuentra a lo largo del límite de la tierra, en el río Jatapu, que impacta de diversas formas en la vida de las comunidades, las cuales se sienten afectadas por la represa de la UH y los impactos sobre la disponibilidad de alimentos y del río como recurso central de su vivencia.

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.30492

Palabras Claves: Indios Wai Wai; Impactos de Grandes Proyectos en Tierra Indígena; Usina Hidroeléctrica de Jatapu;

